

SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO

Deixem a mulher decidir sobre seu corpo

n EVELINA MUCHANGA

A NECESSIDADE de se coordenar e acelerar acções para o respeito da sexualidade da mulher e rapariga voltou a estar no centro de debate na terça-feira na Universidade Eduardo Mondlane, na cidade de Maputo.



Isaura Nyusi reitera compromisso de lutar em prol dos direitos das mulheres e raparigas

Desta vez, o mote para o reacender do debate foi a palestra sobre direitos sexuais e reprodutivos da mulher e rapariga: direito

à "Saúde materna", proferida pela Primeira-Dama, Isaura Nyusi. Enquanto ela defendia união para esta luta, os painelistas acrescentavam a harmonização das leis,

o combate de tabus que limitam a mulher em decidir sobre o seu corpo.

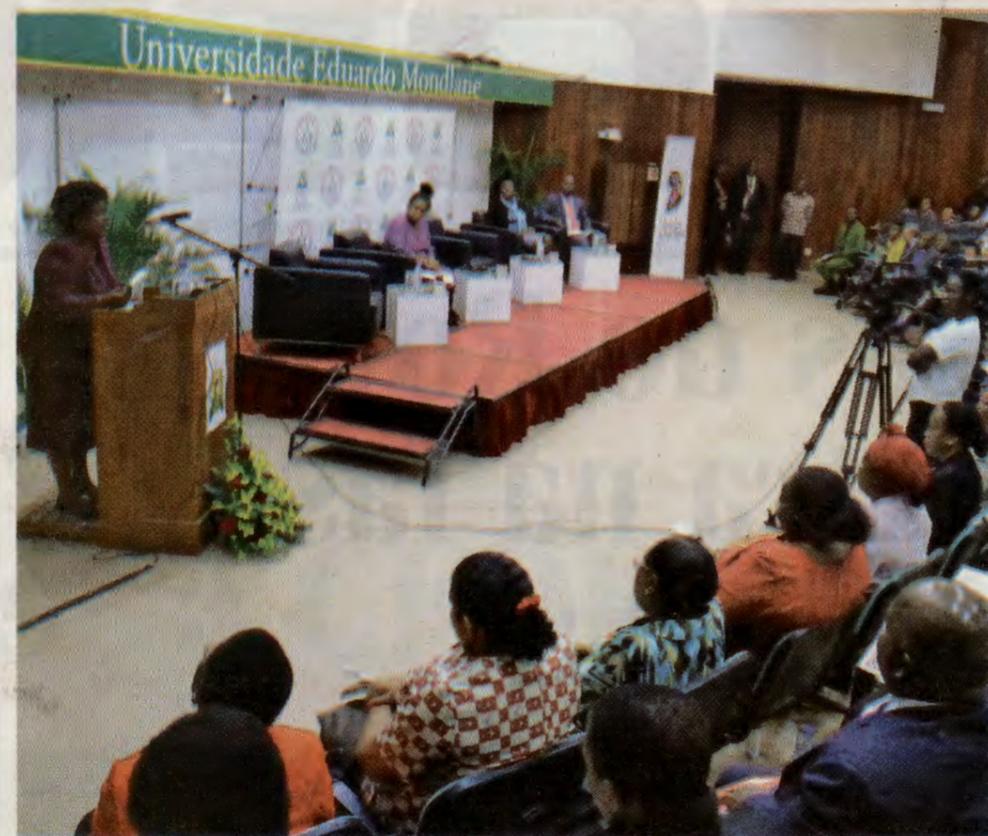
Perante estudantes, docentes, académicos, membros do Governo, sociedade civil, dirigentes desta instituição do Ensino Superior,

entre outros convidados, Isaura Nyusi deixou claro o ciclo de efeitos negativos da violação dos direitos sexuais e reprodutivos desta camada social, desde os casamentos e gravidezes precoces até a mortes maternas.

Para fazer compreender a sua ideia, começou por definir os conceitos direitos sexuais e reprodutivos. Disse que os direitos sexuais dizem respeito à liberdade sexual e os reprodutivos à autonomia do homem e da mulher poder decidir se querem ou não filhos, quando os querem ter, sem discriminação, coerção e qualquer tipo de violência.

Esta realidade, segundo destacou, requer uma abordagem positiva e respeitosa em relação à sexualidade (relações sexuais), assim como à possibilidade de ter experiências sexuais seguras que dão prazer. Pois, no seu entender, para se atingir e manter a saúde sexual é necessário que se respeite, proteja e satisfaça os direitos sexuais de todas as pessoas.

Opinou que não basta que esta camada social tenha a possibilidade de usufruir dos direitos sexuais e reprodutivos, muito menos que



Sociedade convidada a juntar-se à luta contra os casamentos e gravidezes precoces

as instituições e a sociedade estejam preparadas para os prover. Entende haver a necessidade de se preparar a mulher e rapariga para materializar este desejo, criando condições para que estas tenham acesso à educação e informação.

"O direito à informação e educação são igualmente cruciais para a materialização do direito à saúde sexual e reprodutiva",

observou.

Para Isaura Nyusi, estudos feitos em Moçambique evidenciam a relação directa que há entre o nível de escolaridade e a possibilidade de usufruir ou não dos seus direitos. "A percentagem de mulheres grávidas que completam quatro consultas pré-natais é cerca de duas vezes mais naquelas que têm o nível secundário, quando comparamos com as que não

têm nenhum de escolaridade", exemplificou, citando o estudo da Saúde de 2015.

Como consequência de limitações na escolaridade, a oradora diz que algumas mulheres, cerca de 23 por cento das 93 que fizeram, pelo menos, uma consulta pré-natal, fazem parto de risco, o que contribui para a morte destas ou desenvolvimento de doenças, como a fistula.

Entender os efeitos por província

PARA Isaura Nyusi, os índices de mortalidade materna no país, cerca de 13 mortes por dia, reflectem a forma como estão sendo materializados os direitos sexuais e reprodutivos, o que na sua óptica requer a busca de estratégias inovadoras para lidar com o desafio.

Referiu que, embora Moçambique não tenha atingido a meta do

assinaláveis na redução de mortes maternas nos últimos 25 anos, em 60 por cento, ao passar de cerca de mil mortes maternas por 100 mil nascidos vivos em 1999 para cerca de 408 em 2011.

"Contudo, analisando com mais profundidade os progressos, também notamos que a redução média anual não foi similar ao longo do tempo, tendo reduzido

eficazes para continuar com os progressos rumo aos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável", sugeriu.

Entende que para acelerar os progressos é necessário que se compreenda melhor as causas da mortalidade materna, as suas especificidades e efeitos em cada uma das províncias do país, chamando mais uma vez a

mortes são evitáveis e as principais vítimas são adolescentes e jovens que não tiveram sequer a opção de escolha, entre ir à escola e casar.

"Alguém decidiu por elas e, infelizmente, errado. Devemos tudo fazer para reverter estas situações", exortou, fazendo referência a algumas normas culturais que, para além de incutir um sen-

para permitir um futuro melhor a esta geração de adolescentes e jovens", disse, olhando como oportunidade a materialização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, pois, como referiu, fixam metas e grupos-alvo claros para além de abrirem espaço para trabalhos em conjunto e coordenados.

Reiterou o seu compromisso

PÁSCOA Wate, responsável do Departamento de Saúde da Mulher e Criança do Ministério da Saúde, entende que se deve desmitificar o mito segundo o qual os contraceptivos são para mulheres que já têm filhos.

"Não há nenhuma contra-indicação. As raparigas podem fazer o uso e quando decidirem fazer filhos podem ir à unidade



Entender os efeitos por província

PARA Isaura Nyusi, os índices de mortalidade materna no país, cerca de 13 mortes por dia, reflectem a forma como estão sendo materializados os direitos sexuais e reprodutivos, o que na sua óptica requer a busca de estratégias inovadoras para lidar com o desafio.

Referiu que, embora Moçambique não tenha atingido a meta do Objectivo 5 de Desenvolvimento do Milénio, consta entre os países que registaram progressos

assinaláveis na redução de mortes maternas nos últimos 25 anos, em 60 por cento, ao passar de cerca de mil mortes maternas por 100 mil nascidos vivos em 1999 para cerca de 408 em 2011.

"Contudo, analisando com mais profundidade os progressos, também notamos que a redução média anual não foi similar ao longo do tempo, tendo reduzido os progressos a partir de 2003. Isto nos remete a inovar e encontrar estratégias adicionais e mais

eficazes para continuar com os progressos rumo aos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável", sugeriu.

Entende que para acelerar os progressos é necessário que se compreenda melhor as causas da mortalidade materna, as suas especificidades e efeitos em cada uma das províncias do país, chamando mais uma vez a intervenção de todos, sobretudo da academia.

Para a oradora, muitas das

mortes são evitáveis e as principais vítimas são adolescentes e jovens que não tiveram sequer a opção de escolha, entre ir à escola e casar.

"Alguém decidiu por elas e, infelizmente, errado. Devemos tudo fazer para reverter estas situações", exortou, fazendo referência a algumas normas culturais que, para além de incutir um senso geral de submissão feminina perante os homens, incentivam ao casamento de menores de idade e conseqüente gravidez precoce.

Reconheceu haver vontade política e colaboração da sociedade civil e parceiros para o combate destas práticas, dada as diferentes acções levadas a cabo no país. Todavia, entende que ainda não é suficiente dada a magnitude do problema. "Precisamos de continuar a unir sinergias para fazer mais, melhor e mais rápido

para permitir um futuro melhor a esta geração de adolescentes e jovens", disse, olhando como oportunidade a materialização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, pois, como referiu, fixam metas e grupos-alvo claros para além de abrirem espaço para trabalhos em conjunto e coordenados.

Reiterou o seu compromisso em continuar a advogar em prol dos direitos sexuais e reprodutivos desta camada social.

O debate, organizado pelo Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da UEM em parceria com o da Faculdade de Direito da Universidade de Pretória, decorre anualmente em homenagem a Helen Kanzira, activista defensora dos direitos humanos que, aos 39 anos de idade, perdeu a vida como resultado de complicações no parto.

Gravidez para controlar o corpo



Maira Domingas

AS limitações a que a mulher e rapariga são sujeitas para decidir sobre o seu corpo constituem alguns aspectos apontados por Maira Domingas, do Fórum Mulher, como sendo exemplo de violação dos direitos sexuais e reprodutivos desta camada social.

Explicou que algumas mulheres acabam fazendo filhos sem que queiram, porque o homem (marido) não permite que ela faça o uso de contraceptivos como

forma de controlar o seu corpo. "Para visibilidade desse controlo, ele engravida-a para que todos vejam. A grávida é minha. Ela é minha. É como se os contraceptivos trouxessem a liberdade à mulher", comentou.

Sugeriu o envolvimento do homem em acções de planeamento familiar para que ele perceba os benefícios que esta medida trás à família, quando o casal decide quando e quantos filhos quer ter.

na comunidade

PÁSCOA Wate, responsável do Departamento de Saúde da Mulher e Criança do Ministério da Saúde, entende que se deve desmitificar o mito segundo o qual os contraceptivos são para mulheres que já têm filhos.

"Não há nenhuma contra-indicação. As raparigas podem fazer o uso e quando decidirem fazer filhos podem ir à unidade sanitária e tirar o contraceptivo", clarificou.

Fez saber que a Saúde, a nível nacional, tem criado condições para que todas as mulheres tenham acesso aos contraceptivos modernos.

Para esse trabalho conta com o apoio de agentes polivalentes comunitários que trabalham na comunidade na sensibilização para que percebam as vantagens do planeamento familiar. Para além de dialogar com as comunidades, os agentes estão preparados a atribuir alguns contraceptivos na comunidade, tais como a pílula e a Depo-Provera (injecção).

Estes agentes juntam-se a profissionais de Saúde, em particular às enfermeiras de Saúde Materno-Infantil, que fazem aconselhamento e administram os contraceptivos.



Páscoa Wate



Legislar o lobolo

DURANTE o evento, os participantes deram os seus pontos de vista sobre a percepção que têm em relação ao respeito da sexualidade e reprodução da mulher no

contexto nacional.

Para o docente Luís Bitone Nahe do Centro de Direitos Humanos da Universidade Eduardo Mondlane, um dos problemas de

Moçambique é ter uma legislação desactualizada e não harmonizada, embora tenha ratificado compromissos internacionais para que tal se efective.

Fez menção das difereñtes campanhas de sensibilização para eliminação de casamentos prematuros a nível nacional, mas que não estão a surtir efeitos desejados, o que no eu entender pode estar associado a alguns aspectos culturais que fomentam esta prática, que, no entanto, não são proibidos por lei.

Fez menção, por exemplo, do lobolo (casamento tradicional) que às vezes é permitido a menores de idade no contexto familiar, o que classifica de uma clara violação dos direitos sexuais e reprodutivos porque uma vez "lobolada" a menina é considerada esposa do indivíduo.

"A sensibilização não está a surtir o mesmo efeito porque as pessoas sabem que, se faço, nada vai acontecer", frisou, apoiando a criação de leis que punem a prática de casamentos prematuros.



Luís Bitone Nahe

VIDA SAUDÁVEL

Parto seguro passa por uma gravidez acautelada

A GRAVIDEZ tem sido, muitas vezes, motivo de satisfação de um casal pela vinda de mais um filho ou membro da família. No entanto, o nascimento de um bebé passa por cuidados acrescidos durante a gestação, facto que implica uma responsabilidade tanto da mulher, como do homem.

Para falar deste assunto, conversámos com Eugénia Alberto, técnica superior de Saúde Materno-Infantil (SMI) e orientadora da Feira de Saúde Sexual que decorreu há dias em Maputo.

Perguntámos a ela sobre como ter gravidez saudável e parto seguro. Não se fez de rogada e respondeu:

Aderir às consultas pré-natais. Explicou que é nestas sessões com o médico ou a enfermeira de SMI que a grávida faz rastreio de doenças. Caso se detecte algum problema de saúde, a mulher e, se necessário, o parceiro faz tratamento para evitar colocar em risco a saúde do bebé ou da gestante. Fazer o parto na maternidade é o melhor que a mulher pode fazer.

Benefícios do pré-natal

Evita o nascimento de bebés prematuros e/ou com baixo peso, assim como a transmissão de doenças infecciosas ao bebé, tais como o HIV, caso a mãe esteja infectada pelo vírus. Tem ganhos também na saúde da mulher, pois faz o rastreio da tensão arterial, exames de hemoglobina e ainda recebe a rede mosquiteira para proteger-se da malária.

Consequência de gravidez e parto não assistido

Parto prematuro, a morte da mãe e/ou do bebé, só para citar alguns exemplos. Algumas mulheres chegam a esta situação por negligência e/ou falta de informação. Por exemplo, algumas mães começam consultas pré-natais aos cinco meses ao invés do início da gestação, o aconselhável. No entanto, situações há em que a mulher nas comunidades rurais, principalmente, passa por dificuldades devido à falta de meios de informação sobre cuidados a ter durante a gestação.